

**Governança Pública e *Accountability*: Uma Análise Bibliométrica das
Publicações Científicas Nacionais e Internacionais**

BLÊNIO CEZAR SEVERO PEIXE

Universidade Federal do Paraná - UFPR

CELSO DA ROSA FILHO

Universidade Federal do Paraná - UFPR

GABRIELA DE ABREU PASSOS

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo

O objetivo deste estudo é investigar os artigos publicados sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015. Para tanto, essa pesquisa é delineada como descritiva, de análise bibliométrica e qualitativa-quantitativa. Os resultados obtidos revelam que a pesquisa sobre o referido tema é escassa, pois de um total de 355 artigos relacionados a questão de pesquisa apenas 86 deles tratavam da temática, sendo desses 12 nacionais e 74 internacionais. O maior número de artigos acerca da temática estudada encontra-se publicada nos anos de 2010 a 2013 com 13, 8, 13 e 11 publicações, respectivamente. No que se refere à categoria de pesquisa, quanto aos objetivos, 56 estudos do total pesquisado caracteriza-se como exploratório em comparação com apenas 29 casos da tipologia descritiva e um com tipologia experimental. Quanto aos procedimentos metodológicos observou-se a pesquisa bibliográfica representada com 28 trabalhos, seguidos por 24 estudos de caso e 20 pesquisas delineadas como *survey*. Na análise dos procedimentos de coletas de dados o mais utilizado foi a pesquisa documental com 59 artigos. Na abordagem metodológica, qualitativa com 53, quantitativa com 25 e 8 com ambas as abordagens. Análise descritiva com 40 trabalhos, e análise de conteúdo 32. As categorias das referências do portfólio nacional verificam-se 161 livros sendo 74,53% nacionais e 25,46% internacionais. Para os artigos do portfólio internacional os periódicos/jornais representam o tipo mais adotado pelos pesquisadores, com 2.230 ocorrências, e em relação a procedência das referências dos livros são em sua totalidade internacional com 1.822 ocorrências. Desse modo, a adoção da Teoria das Finanças Públicas é a mais utilizada para embasar os estudos e em segundo lugar a Nova Gestão Pública.

Palavras chave: Governança Pública, *Accountability*, Análise Bibliométrica, Setor Público.

1 Introdução

A Governança Pública é discutida em torno de determinados pressupostos sobre elementos estruturais como: gestão, responsabilidade, *accountability* (prestação de contas), transparência e legalidade do setor público. Esses elementos são considerados necessários ao desenvolvimento das sociedades (segundo os modelos idealizados por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas [ONU] e para a *Organization for European Cooperation and Development* [OECD]).

Deste modo, para o Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGC), os princípios básicos de governança corporativa são: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa. Assim, visto pela ótica da ciência política, a Governança Pública está associada a uma mudança de gestão política e trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais a autogestão nos campos social, econômico e político, como também para uma nova composição de formas de gestão (Kissler, 2006).

Complementarmente, a governança ainda está associada com outros fatores com a tomada de decisões gerenciais internas, desempenho, controle, com direcionamento global para o órgão, e, também, com a necessidade de prestação de contas para seus controladores (Viana, 2010).

A principal questão que norteia esta investigação é verificar o perfil e a evolução dos temas Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais, no período de 2005 a 2015. Respondendo as seguintes inquietudes: (i) qual a evolução dos temas? (ii) quais periódicos que se destacam na produção científica? (iii) quais as características das autorias? (iv) quais as abordagens metodológicas utilizadas? (v) quais as teorias utilizadas, e (vi) as instituições mais produtivas? Portanto, o objetivo deste estudo é investigar os artigos publicados sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área das Finanças Públicas no período de 2005 a 2015.

A contribuição desse estudo representa a sistematização das características do tema Governança Pública e *Accountability* no período desta análise. Este estudo evidencia a importância da contribuição para levantar o “estado da arte” na literatura científica das publicações da área de Finanças Públicas dos últimos 10 anos.

O artigo está estruturado em cinco seções, iniciando com a introdução. Na sequência aborda-se o referencial teórico, em seguida apresenta-se a metodologia da pesquisa, a análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 Referencial Teórico

Nesta abordagem teórica destaca-se as subseções Governança Pública, *Accountability* no Setor Público e a Bibliometria.

2.1 Governança Pública

A governança corporativa é um sistema composto por mecanismos e princípios que visam auxiliar a tomada de decisão das organizações, de forma a não interferir a autonomia das instituições (Marques, 2007). Para tanto, de acordo com Rossoni e Machado-da-Silva (2010), deve-se observar o contexto institucional ao qual a governança é aplicada, de forma a

averiguar os elementos e práticas relacionados ao ambiente instituído. Dessa forma, a governança pública apresenta peculiaridades próprias desse setor, divergindo do aspecto privado (Marques, 2007).

De acordo com Kickert (1997) Governança tem um significado mais amplo do que o conceito de administração usual e limitação aos negócios privados com orientação para o mercado. Isto posto, para o mesmo autor, a Governança Pública está relacionada à legalidade e legitimidade das ações, mais que um rígido valor, em que a interação entre o contexto público e o social representa um papel crucial. Assim, a Governança Pública é um complexo de princípios e atividades envolvendo a gestão no setor público para a sociedade (Viana, 2010).

Nesta perspectiva, a Governança Pública não é somente uma questão de aumento de efetividade, mas também de guardar a legalidade e legitimidade. Por exemplo, na Governança Pública é possível distinguir três diferentes padrões de valor: (i) o governo destinado a ser apoio e propositivo, tendo em vista os valores da efetividade, eficiência, parcimônia e do desempenho. (ii) embasado nos princípios da justiça social, equidade, legitimidade e o próprio cumprimento do dever, estes dão suporte a honestidade e justiça, e (iii) padrão quanto a robustez e elasticidade, como fator dominante, ou seja, o governo deve ser: confiável, robusto, adaptado, seguro, confiante e capaz de sobreviver a catástrofes (Kickert, 1997).

Para administrar as agências públicas, segundo Matias-Pereira (2010), os gestores devem adotar os valores e práticas de gestão desse setor, aumentando assim a eficácia, a eficiência, a ética e a competência - de forma a consolidar a instituição pública democrática. Com isso, torna o cidadão coprodutor e parceiro na gestão pública e da estruturação do Estado (Johanson, 2006; Ronconi, 2011), pois é ele que reivindica e espera uma boa governança corporativa de seus gestores (Marques, 2007), com passos fundamentais instituídos para tal objetivo. Os passos fundamentais para se atingir uma efetiva governança corporativa segundo o *Australian National Audit Office* e de acordo com a literatura existente a respeito do tema são caracterizados em seis elementos essenciais, sendo três deles que se alinham as qualidades pessoais de todos na organização (liderança, integridade e compromisso) e os outros três elementos são produtos das estratégias, sistemas, políticas e processos estabelecidos

(responsabilidade, integração e transparência) (Barret, 2003).

Já na definição de Timmers (2000) a Governança Pública é considerada como a proteção ao interrelacionamento da administração, controle e supervisão, feita pela organização governamental, pela situação organizacional e pelas autoridades do governo. Assim, visam relacionar os objetivos políticos eficiente e eficaz para comunicar publicamente e providenciar uma prestação de contas para a sociedade (Ahn, 2010).

Neste contexto, enfoca-se os princípios da eficiência, efetividade e transparência, como principais fatores que sustentam a Governança Pública (Hwang & Akdede, 2011). No mesmo entendimento Viana (2010) acrescenta, o primeiro é condizente com a gestão adequada dos recursos financeiros públicos pela responsabilidade corporativa e sustentabilidade fiscal, enquanto que o segundo seria a escolha mais adequada dos investimentos e serviços a serem executados, conforme as necessidades da população, com grau de qualidade nesses serviços. Por fim, o terceiro pertence a publicidade, ou seja, o *Accountability* de todos os Atos Administrativos e Gastos.

2.2 Accountability no Setor Público

Para Bernardes, Santos e Rover (2015) o termo *accountability* não apresenta uma tradução específica para o português, visto que engloba três temas: transparência, responsabilidade e prestação de contas, tornando-se fator importante no setor público para a implementação das políticas públicas e para a continuidade do Estado.

O termo *accountability* decorre do padrão de relacionamento entre governo e cidadão, estando o seu conceito pautado na relação de interesse do Estado e das necessidades do cidadão (Mutiganda, 2013). Dessa maneira, a administração pública e as ações governamentais, que envolvem esse vínculo devem estar alinhados à filosofia da *accountability* (Viana, 2010). Welp, Urgell e Aibar (2007) dão ênfase a prestação de contas em um sistema burocrático e de democracia como forma necessária para uma boa gestão. O grau de *accountability* de uma burocracia precisa ser explicado pelas dimensões do macroambiente da administração pública: a textura política e institucional da sociedade; os valores; os costumes tradicionais partilhados na cultura; a história; o desenvolvimento político na trajetória para tornar as burocracias responsáveis; a baixa contribuição dos diversos esforços de reformas da administração pública e a precariedade dos controles formais (Matias-Pereira, 2010).

Segundo Souza *et al.*, (2013) a evolução de termos para a tradução de *accountability* precisa passar pela reversão do padrão de tutela que tem caracterizado o relacionamento entre governo e sociedade, necessitando de: (a) um despertar dos cidadãos brasileiros para exercer o controle político do governo; (b) uma remodelagem governamental tornando o governo / descentralizado e transparente ao cidadão; e (c) os valores tradicionais que apoiam o “formalismo burocrático” forem substituídos por valores sociais emergentes.

Pinho e Sacramento (2009) dando continuidade à pesquisa de Campos (1990), constatam que o significado de *accountability* envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas. Essas justificativas ratificam as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo. Os autores, Pinho e Sacramento (2009) discutem ainda, que o Brasil avançou na tradução de *accountability*; no entanto, ainda está longe de construir uma verdadeira cultura, uma vez que alguns termos tais como sociedade passiva, nepotismo, favoritismo, privilégios para alguns/poucos, faltos de participação da sociedade civil, autoritarismo, populismo, crise de credibilidade das instituições, principalmente o Congresso, o padrão casuístico dos partidos políticos, troca de votos por cargos públicos, etc; não foram extintos da realidade brasileira, ainda, que tenham sofrido certas transformações.

Para Castro (2011) os regimes militares que predominaram no Brasil nos anos de 1964 com o Marechal Castelo Branco até 1985 com o General Figueiredo denominados de “Ditadura Militar” não valorizavam e nem incentivavam métodos gerenciais e transparência dos atos praticados pelos agentes públicos, pela inexistência de rodízio pelo voto popular. Tais fatos, para Barbosa *et al.*, (2014) distanciaram o cidadão do governo. Desta forma, na área federal a sociedade se acostumou a ver divulgações de números sem nenhum compromisso com a verdade, o que gerou descrédito das autoridades, que falam o que bem entendem para uma plateia que não acredita no que eles dizem. No âmbito municipal a situação é pior, pois as gestões municipais não divulgam seus números e sequer possuem setor contábil organizado (Castro, 2011).

Face a esse contexto o processo democrático só se tornará estável quando o cidadão

sentir confiança nas instituições e seus agentes públicos procurarem prestar contas àqueles que contribuem para a manutenção do Estado (Bernardes, Santos & Rover, 2015). Nesse sentido, espera-se que a filosofia de *accountability* seja implantada no Brasil para reforçar a democracia e valorizar as práticas de controle e de gerência na administração pública, em busca de resultados efetivos e de uma melhor qualidade da gestão pública (Bolívar, Galera & Nuñez, 2015).

Complementando, na visão de Angélico (2012) o conceito de *accountability* caminha para se solidificar na ideia de dupla face “responsividade” (*answerability*) – “responsabilização com possibilidade de sanção” (*enforcement*), sendo que a face da “responsividade” envolve informação e justificativa. No atual estágio de tradução do termo *accountability*, seria um processo diluído no tempo, que se inicia com a prestação de contas (*answerability*) e se encerra na posterior possibilidade de sanção (*enforcement*). Entretanto, Asenova e Beck (2010) pontuam que toda tomada de decisão governamental deve estar embasada no *accountability*, devendo ir além da prestação de contas, como forma a consolidar o mesmo.

2.3 Bibliometria

Por meio da análise de bases de dados a bibliometria proporciona deduzir quais são as tendências de pesquisas e publicações científicas, os temas que são mais estudados, autores e instituições que abordam o assunto, dessa forma a análise bibliométrica é uma técnica para o mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema (Ferenhof *et al.*, 2014). Para Macias-Chapula (1998, p.134), a bibliometria é “o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada”. Assim, Guedes e Borschiver (2005) relatam que a academia científica que compõe uma determinada área do conhecimento pode fazer uso desta técnica para elaborar indicadores que traduzam a sua produtividade e comunicação, os quais podem ser utilizados como planejamento, além de gerir e avaliar as áreas de ciência e tecnologia em que atuam.

Nesse entendimento, a bibliometria é uma técnica que estuda as características quantitativas das produções acadêmicas por meio de técnicas matemáticas e/ou estatísticas no intuito de analisar a disseminação do conhecimento científico (Araújo, 2006). Assim por meio do exame de revistas, livros, artigos, documentos, entre outros, é aceitável criar medidas, padrões e modelos para auxiliar a construção de previsões sobre a produção científica de determinada área.

Os indicadores de desempenho bibliométricos adquiridos pela análise da produção científica são úteis para evidenciar aspectos de determinados campos da ciência como o seu crescimento, evolução, envelhecimento, produtividade, colaboração, impacto, visibilidade e fontes de disseminação e suas relações (Saes, 2000; Leite Filho, 2006). Tais aspectos são relevantes, porque permitem uma análise crítica e reflexões sobre as produções de uma área e seus respectivos avanços, mas também possibilita captar ideias relevantes e temas a serem pesquisados (Chow & Harrison, 2002).

3 Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica dessa pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva (Gil, 2010). Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, uma vez que tem a pretensão de verificar por meio da análise bibliométrica, como está caracterizada a produção

científica sobre Governança Pública e *Accountability*, no Setor Público em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015.

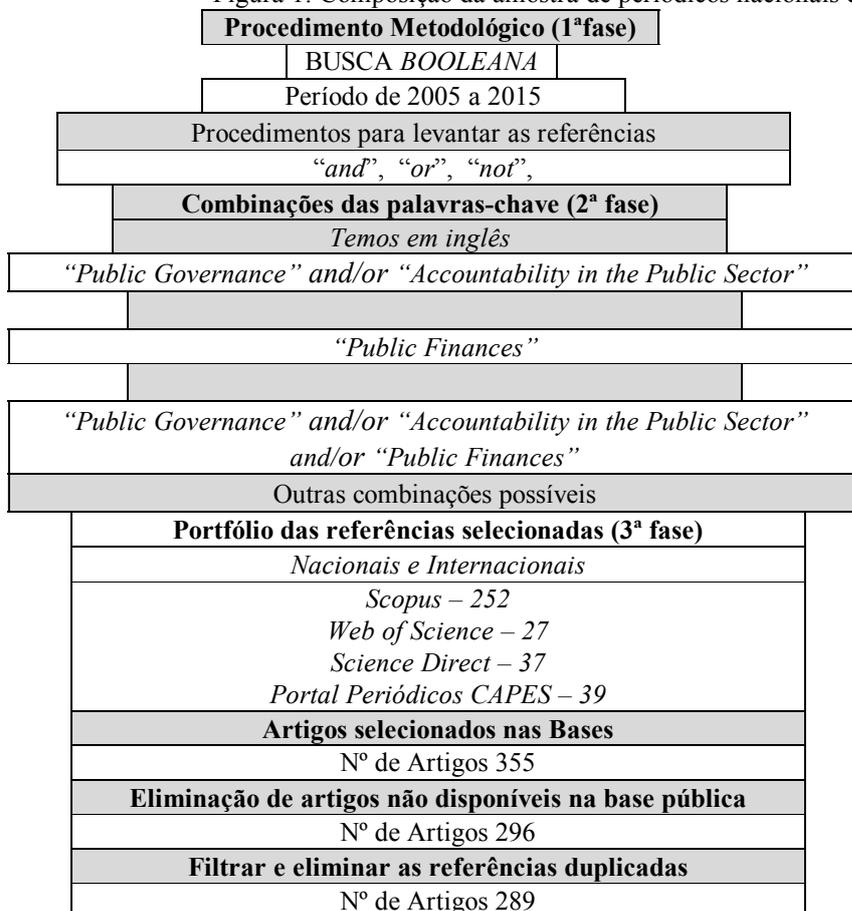
Esse estudo combina métodos qualitativos e quantitativos, podendo ser classificado como método misto (Tasca *et al.*, 2010).

Como ferramenta de levantamento, tratamento e análise dos dados, utiliza-se a bibliometria que é uma técnica para o mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema (Ferenhof *et al.*, 2014). Essa técnica é uma ferramenta apoiada em base teórica reconhecida cientificamente que possibilita o uso de métodos estatísticos e matemáticos para mapear informações a partir de registros bibliográficos de documentos armazenados em bases de dados (Uriona *et al.*; 2010).

Para a coleta dos dados, os procedimentos foram divididos em três fases a partir da busca dos termos (palavras-chave) *Public Governance* e *Accountability in the Public Sector* na área de Finanças Públicas. A primeira fase, busca *Booleana*, compreendeu em determinar o período de busca que foi de 2005 a 2015; a segunda foi aplicar os elementos “*and*”, “*or*” e “*not*” para combinar as palavras-chave em inglês; e a terceira foi a formação de um portfólio de artigos.

As bases de dados selecionadas como critério de pesquisa foram: *Scopus*, *Science Direct* e Portal de Periódicos CAPES. Por meio do acesso a essas bases de dados encontrou-se 355 artigos relacionados a temática de escopo com o uso das palavras-chave, como pode ser verificado na demonstração do processo de seleção dos artigos representado na Figura 1.

Figura 1: Composição da amostra de periódicos nacionais e internacionais



Leitura dos títulos/resumo
Nº de Artigos 86
Portfólio final dos artigos selecionado para aprofundar o estudo
Nº de Artigos 86

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

A proposta de analisar a produção nacional e internacional sobre o tema foi escolhida a partir da amostra de periódicos relevantes. A relevância dos periódicos nacionais foi dada pela classificação desses na lista *Qualis*, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Nível Superior (Capes), órgão responsável pelo reconhecimento e avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação no país, bem como pela classificação de periódicos nacionais e internacionais de produção científica (Capes, 2014).

Ressalta-se a escolha dos periódicos classificados A1, A2, B1, B2 e B3 pelo *Qualis* das Áreas de Administração, Contabilidade e Economia. Esses representam os estratos superiores de avaliação. Dentre os periódicos evidenciados foram selecionados 4. Para seleção dos artigos foi pesquisado no título, no resumo e nas palavras-chave de cada artigo os seguintes termos não simultaneamente: *Public Governance*, *Accountability in the Public Sector* na área de Finanças Públicas. Desta forma, chegou-se à relação contemplada na Tabela de 1 a 12 artigos pertencentes a

4 periódicos brasileiros, sendo excluídos 5 artigos por apresentarem divergência do objetivo da pesquisa.

Tabela 1: Composição da amostra de periódicos nacionais

Periódicos Nacionais	Quantidade	Qualis
Revista de Administração Contemporânea	1	A2
Revista de Administração Pública	9	A2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1	B3
Revista Emancipação	1	B2
Total	12	

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Para a seleção dos periódicos internacionais a relevância foi o seu fator de impacto. As mais prestigiadas revistas científicas da área de contabilidade a nível internacional são as incluídas no *Social Sciences Citation Index* (SSCI) ou *Journal Citation Reports* (JCR), uma base de dados elaborada pela *Thomson Reuters* ou *Web Of Science*. Este índice acompanha as citações dos artigos publicados em milhares de revistas científicas de diversas áreas e considera que o número de citações reflete o impacto ou influência do artigo (Kuramoto, 2006; Strehl, 2006).

Os vinte e quatro periódicos internacionais que foram selecionados por apresentar fator de impacto, representam dessa forma que os autores que publicam nestes e que servem como formadores de opinião, em pesquisas na temática de Finanças Públicas. Desta forma, chegou-se à relação contemplada na Tabela 2:

Tabela 2: Composição da amostra de periódicos internacionais

Periódicos Internacionais	Quantidade	Impact Factor
<i>ABACUS</i>	1	0,840
<i>Accounting, Auditing & Accountability Journal</i>	1	1,188
<i>Administration & Society</i>	2	0,687
<i>American Journal of Evaluation</i>	1	1,804
<i>Australian Journal of Public Administration</i>	2	0,416
<i>Cities</i>	1	1,728
<i>Critical Perspectives on Accounting</i>	10	1,267
<i>Environmental Management</i>	2	1,724
<i>Environmental Policy and Governance</i>	1	1,614
<i>European Journal of Law and Economics,</i>	1	0,225
<i>Expert Systems with Applications</i>	1	2,240
<i>Government Information Quarterly</i>	6	2,321
<i>Group Decision and Negotiation</i>	1	2,120
<i>Health Policy</i>	1	1,907
<i>International Review of Administrative Sciences</i>	3	0,658
<i>Journal of Policy Modeling</i>	1	0,737
<i>Journal of Public Administration Research and Theory</i>	1	2,833
<i>Public Administration</i>	5	1,518
<i>Public Money & Management</i>	1	0,537
<i>Public Organization Review</i>	4	3,277
<i>Systems Research and Behavioral Science</i>	1	0,474
<i>The American Review of Public Administration</i>	25	1,371
<i>The Economic Journal</i>	1	2,336
<i>The Social Science Journal</i>	1	0,606

Total	74	
--------------	-----------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Após a escolha dos artigos, esses foram analisados pelos autores e com base na leitura foram categorizados por dados relevantes para os propósitos da pesquisa. O banco de dados foi elaborado com os itens: título do artigo, ano de publicação, nome do periódico, palavras-chave, objetivo, metodologia, principal ideia, teoria utilizada, principais resultados, quantidade de autores e quais referências utilizadas.

Esses dados permitiram a respostas das questões, cujos resultados serão apresentados como: Qual a evolução do tema? Quais periódicos que se destacam? Quais as características das autorias? Quais as abordagens metodológicas utilizadas? Qual é a teoria utilizada e Quais as instituições mais produtivas?

4 Análise e Discussão dos Resultados

Para análise de dados dos 74 artigos, submeteu-se as seguintes classificações: (1) Número de publicações/ano; (2) Classificados por temas relacionados ao Setor Público; (3) Características de autoria; (4) Instituições mais produtivas; (5) Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos; (6) Tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos; (7) Instrumento de Coleta de dados; (8) Tipologia da pesquisa quanto à abordagem metodológica; (9) Tipo de análise dos dados; (10) Classificação das referências; (11) Classificação quanto ao tipo de teoria utilizada, conforme demonstrado a seguir.

4.1 Número de Publicações por Ano

A Tabela 3 apresenta a quantidade de artigos analisados por ano de publicação conforme os critérios de seleção já expostos na seção 3.

Tabela 3: Número de publicações

Anos	Quantidade	%
2005	7	8,14%
2006	3	3,49%
2007	9	10,47%
2008	5	5,81%
2009	6	6,98%
2010	13	15,12%
2011	8	9,30%
2012	13	15,12%
2013	11	12,79%
2014	5	5,81%
2015	6	6,98%
Total	86	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Conforme leitura da Tabela 3 constata-se que as publicações a respeito de Governança Pública e *Accountability* tiveram maior ênfase a partir do ano 2010. O maior número de artigo, acerca da temática encontra-se publicada nos anos de 2010 a 2013 com 13, 8, 13 e 11 publicações, respectivamente. Estes resultados apontam para uma maior conscientização sobre a importância do tema Governança Pública e *Accountability*.

4.2 Classificados por Temas Relacionados ao Setor Público

A classificação dos artigos por temas relacionados ao Setor Público é apresentada na Tabela 4, conforme os critérios relacionados ao Setor Público.

Tabela 4: Principais temas

Temas	Quantidade	%
<i>Accountability</i>	11	13%
Finanças Públicas	18	21%
Governança Pública	28	33%
Nova Governança Pública	14	16%
Transparência Pública	12	14%
Outros	3	3%
Total	86	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Destacam-se na Tabela 4 os principais temas relacionados ao Setor Público com mais de 2 trabalhos publicados. Na área de Governança Pública teve 28 trabalhos. Na sequência, destaca-se Finanças Públicas com 18 trabalhos, Nova Governança Pública com 14 e a Transparência Pública com 12 trabalhos e *Accountability* no Setor Público teve 11 trabalhos. Outros estudos incluem as áreas: Auditoria Pública, Desenvolvimento Econômico e Metagovernança, apresentaram 1 trabalho apenas.

4.3 Características de Autorias

Com a finalidade de verificar o número de autoria e coautoria por artigo, elaborou-se a Tabela 5, na qual se constata que os artigos das temáticas relacionadas ao Setor Público possuem no máximo 7 autores. Para as publicações com dois autores constatou-se a predominância de artigos (28 trabalhos), seguidos por um autor (27 trabalhos) e com três autores (18 trabalhos). Assim, em relação à quantidade de autores observa-se, a preponderância de artigos publicados por um a três autores correspondendo a 73 do total da amostra. Na sequência, estão os estudos escritos por quatro autores perfazendo um total de 11 trabalhos, e por fim uma publicação foi escrita por cinco e sete autores. Esses resultados indicam que os pesquisadores estão trabalhando em equipes.

Tabela 5: Número de autores por artigos

Autores por artigo	Quantidade	%
Um autor	27	31,40%
Dois autores	28	32,56%
Três autores	18	20,93%
Quatro autores	11	12,79%
Cinco ou mais autores	2	2,32%
Total	86	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Na Tabela 6 os oito autores mais prolíficos, dentre os 86 artigos analisados da temática do Setor Público. Nestes, observou-se a participação de 185 pesquisadores diferentes filiações.

Tabela 6: Autores mais produtivos

Autores	Filiação	Artigos
---------	----------	---------

Manuel Pedro Rodríguez Bolívar	<i>University of Granada</i>	3
Andrés Navarro Galera	<i>University of Granada</i>	2
Art Shulman	<i>Griffith University</i>	2
Chad B. Newswander	<i>Virginia Tech</i>	2
Chew Ng	<i>Griffith University</i>	2
James L. Perry	<i>Indiana University and Yonsei University</i>	2
Jenny Stewart	<i>Griffith University</i>	2
Vinícius Costa da Silva Zonatto	<i>Universidade Regional de Blumenau</i>	2

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Constatou-se que 1 autor evidenciado na Tabela 6 produziu 3 artigos e 7 autores produziram 2 artigos cada um e os demais produziram apenas um artigo, dentre as 86 publicações.

Complementarmente, menciona-se que foi constatado três autores da mesma instituição, a *Griffith University*, e dois autores da *University of Granada* e apenas um da Universidade Regional de Blumenau, sendo eles: Art Shulman, Chew Ng, Jenny Stewart, Manuel Pedro Rodríguez Bolívar, Andrés Navarro Galera e Vinícius Costa da Silva Zonatto. Com isso, ressalta-se apenas um autor nacional dentre os internacionais.

4.4 Tipologias da Pesquisa Quanto aos Objetivos

Os 86 artigos foram distribuídos em relação às metodologias de tipo de estudo utilizadas quanto aos objetivos, conforme está exposto na Tabela 7:

Tabela 7: Distribuição dos artigos por categoria de pesquisa

Tipologia	Quantidade	%
Descritiva	29	33,72%
Exploratória	56	65,12%
Experimental	1	1,16%
Total	86	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Revela-se que, dentre os 86 artigos, a maior parte dos trabalhos apresenta delineamento predominantemente exploratório, concentrando 56 estudos do total pesquisado, contra apenas 29 casos da tipologia descritiva. Destaca-se também, um trabalho com tipologia experimental.

4.5 Tipologias de Pesquisa Quanto aos Procedimentos

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados pelos estudos analisados, observou-se o seguinte na Tabela 8.

Tabela 8: Distribuição dos artigos por procedimento metodológico

Tipologia	Quantidade	%
Estudo de Caso	24	27,91%
Levantamento/ <i>Survey</i>	20	23,26%
Bibliográfica	28	32,56%
Bibliográfica/Documental	4	4,65%
Documental	9	10,47%
Experimental	1	1,16%
Total	86	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Nota-se que entre os procedimentos metodológicos destacados na Tabela 8, revela-se a predominância do estudo bibliográfico com 28 trabalhos, seguidos por estudo de caso presentes em 24, e 20 pesquisas intituladas como Levantamento/*Survey*.

Adicionalmente, demonstram-se os instrumentos de coleta de dados utilizados nas pesquisas analisadas, conforme Tabela 9.

Tabela 9: Instrumento de coleta de dados utilizados

Tipologia	Quantidade	%
Documental	59	68,60%
Documental e Observação	1	1,16%
Entrevistas	3	3,49%
Observação	6	6,98%
Aplicação de questionários	17	19,77%
Total	86	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Conforme leitura da Tabela 9 nota-se que nas pesquisas estudadas, em sua maioria, 59 delas utilizaram documentos como fonte de coleta de dados. Destaca-se que a fonte de coleta “documentação e observação” foi constatada uma vez dentre os estudos analisados.

4.6 Tipologias da Pesquisa Quanto à Abordagem Metodológica

Com o propósito de elencar as abordagens metodológicas utilizadas pelas obras analisadas, apresenta-se a seguir a Tabela 10.

Tabela 10: Distribuição dos artigos por método de abordagem

Tipologia	Quantidade	%
Qualitativa	53	61,63%
Quantitativa	25	29,07%
Qualitativa-Quantitativa	8	9,30%
Total	86	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Observa-se que entre os artigos estudados, não apresentam similaridades quanto às abordagens qualitativa, quantitativa e qualitativa-quantitativa. Na maioria dos artigos optou pelo método qualitativo com 53, em seguida o quantitativo com 25 e apenas 8 com ambas as abordagens. Ressalta-se que a abordagem quantitativa apresenta a forma intermediária entre as demais abordagens.

4.7 Tipologias Quanto a Análise dos Dados

Com o propósito de elencar os tipos de análises dos dados utilizados nos artigos, apresenta-se a seguir a Tabela 11.

Tabela 11: Distribuição dos artigos por tipo de análise dos dados

Tipologia	Quantidade	%
Análise de Conteúdo	32	37,21%
Análise Descritiva	40	46,51%
Análise Documental	14	16,28%
Total	86	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Observa-se que entre os tipos de análises dos dados estudadas prevalece à abordagem descritiva com 40 trabalhos, e em análise de conteúdo 32. Ressalta-se que a abordagem da análise documental, apresentou-se inferior a 17% entre as demais.

Com o propósito de consolidar os achados metodológicos da pesquisa dos artigos estudados e destacar a maior ocorrência encontrada, apresenta-se a seguir a Tabela 12.

Tabela 12: Consolidação dos achados metodológicos da pesquisa dos artigos estudados

Categorias Analisadas	Subcategorias	Participação dos Artigos / Total
		Quantidade
Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos	Descritiva	29/86
	Exploratória	56/86
	Experimental	1/86
Tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos	Estudo de Caso	24/86
	Levantamento/ <i>Survey</i>	20/86
	Bibliográfica	28/86
	Bibliográfica/Documental	4/86
	Documental	9/86
	Experimental	1/86
	Documental	59/86
Instrumentos de coleta de dados	Documental e Observação	1/86
	Entrevistas	3/86
	Observação	6/86
	Aplicação de Questionários	17/86
	Qualitativa	53/86
Tipologias da pesquisa quanto à abordagem do problema	Quantitativa	25/86
	Quantitativa-qualitativa	8/86
	Análise de Conteúdo	32/86
Análise dos dados	Análise Descritiva	40/86
	Análise Documental	14/86

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Nota-se que os achados metodológicos destacados na Tabela 12, revela a predominância da pesquisa exploratória, adotando o instrumento de coleta de dados por meio de documentação e a análise descritiva de dados. Ademais, a maioria das pesquisas quanto a abordagem do problema foi a qualitativa.

Observa-se que a maior incidência são estudos exploratórios e os procedimentos são embasados pela bibliografia utilizada. Porém, constata-se que os instrumentos de coletas de dados utilizados no estudo não são questionários. Os estudos demonstraram que os dados, na sua maioria das vezes, foram coletados por meio de documentos, apresentando uma análise qualitativa na sua maioria.

4.8 Classificação das Referências

Com o intuito de classificar as referências dos artigos estudados, a citar: livros, legislação, teses/dissertações, anais, periódicos/jornais e outros; tanto nacionais quanto internacionais, elaborou-se a Tabela 13.

Tabela 13: Classificação das referências dos artigos por tipo de documento

Tipo de Documento Referenciado	Referências			
	Nacionais	(%)	Internacionais	(%)

Artigos Nacionais	Livros	120	43,79	41	24,12
	Legislação	52	18,98	6	3,52
	Teses/Dissertações	19	6,92	1	0,59
	Anais	11	4,01	12	7,05
	Periódicos/Jornais	53	19,35	96	56,48
	Sites e Outros	19	6,94	14	8,23
	Total	274	100,00	170	100,00
Artigos Internacionais	Livros	0	-	1.822	40,58
	Legislação	0	-	71	1,59
	Teses/Dissertações	0	-	14	0,32
	Anais	1	50,00	92	2,06
	Periódicos/Jornais	0	-	2.230	49,67
	Sites e Outros	1	50,00	259	5,78
	Total	2	100,00	4.491	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

A partir das referências dos artigos do portfólio nacional apresentados na Tabela 13, é possível identificar 274 nacionais e 170 internacionais, totalizando 444 referências distribuídas em 12 artigos analisados. Os livros representam o tipo mais adotado pelos artigos nacionais, com 120 ocorrências, e em relação a procedência das referências dos livros são em sua maioria nacional com cerca de 43,79% do total, em contraposição a 24,12% de origem internacional. Para a Legislação 13,06%, observa-se 58 ocorrências, sendo em sua totalidade evidenciadas nacionalmente. Para os periódicos/jornais, acontece o inverso, sendo em sua maioria referências internacionais, com 56,48% do total de 96, seguidos por 19,35% das referências brasileiras do total de 149. Ainda no âmbito nacional, seguem as referências procedentes de Anais, Teses/dissertações e outras de acordo com as suas representatividade de ocorrência. Ressalta-se que no item “outros”, observou-se a busca de informações em *sites*, relatórios de pesquisa, e pronunciamentos.

Para os artigos do portfólio internacional, os periódicos/jornais representam o tipo mais adotado pelos pesquisadores, com 2.230 ocorrências, e em relação a procedência das referências dos livros são em sua totalidade internacional. Os livros, observa-se que há 1.822 ocorrências, sendo em sua totalidade evidenciadas internacionalmente. Na sequência, seguem as referências procedentes de Legislação, Anais, Teses/dissertações e outras de acordo com as suas representatividade de ocorrência internacionais. Salienta-se que no item “outros”, observou-se a busca de informações em *sites*, relatórios de pesquisa, e pronunciamentos.

Complementarmente, considerando todos os artigos do portfólio identificou-se que, o máximo de referências utilizadas em um único artigo foi 166 e o mínimo foram 9. Ademais, calculou-se também a média de referências apresentadas por artigos que foi de 57.

4.9 Classificação Quanto as Teorias Utilizadas

Na Tabela 14, apresentam-se as teorias utilizadas como suporte para o embasamento teórico abordados nos artigos. Procurou-se saber quais foram as mais discutidas, mais comentadas ou mesmo de achados de pesquisa:

Tabela 14: Teorias utilizadas

Teorias	Quantidad	%
---------	-----------	---

	e	
Finanças Públicas	10	11,63%
Nova Gestão Pública	9	10,47%
<i>Accountability</i>	8	9,30%
Governança Pública	6	6,98%
Teoria da Agência	5	5,81%
Governança Eletrônica	4	4,65%
Teoria Organizacional	3	3,49%
Teoria Ator-Rede	2	2,33%
Teoria Econômica	2	2,33%
Outras	15	17,44%
Não adotadas	22	25,58%
Total	86	100,00 %

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Revela-se que dentre os 86 artigos do portfólio da pesquisa, a maioria dos trabalhos concentram a utilização da Teoria das Finanças Públicas, com 10 estudos. Em segundo lugar a Nova Gestão Pública fundamenta os artigos com 9 incidências. Na sequência, *Accountability* 8 e Governança Pública 6. Na Teoria da Agência são tratados em apenas 5 trabalhos e a Governança Eletrônica em 4. A Teoria Organizacional com 3 e a Teoria Ator-Rede e Econômica com 2.

Ainda há outras teorias que foram mencionadas apenas uma vez, representadas por 15 artigos, dentre elas estão: Teoria da Burocracia Representativa, Governança Corporativa, Metagovernança, Neoliberalismo, Nova Democracia, Teoria da Burocracia e da Democracia, Teoria da Escolha Pública, Teoria da Escolha Racional, Teoria da Flexibilidade Cognitiva, Teoria do Capital Social, Teoria dos *Stakeholders*, Teoria *March Principal*, Teoria Pluricentral da Coordenação, Teoria Rede-Intraorganizacional e a Teoria Weberiana. Além disso, 22 trabalhos são apontados sem teorias adotadas para a fundamentação dos estudos.

5 Considerações Finais

O objetivo desse estudo foi investigar os artigos publicados sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015. Para sua consecução, utilizou-se da análise bibliométrica, identificando-se o número de publicações/ano; classificados por temas relacionados ao Setor Público; características de autoria; instituições mais produtivas; tipologias da pesquisa quanto aos objetivos; tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos; instrumento de coleta de dados; tipologia da pesquisa quanto à abordagem metodológica; tipo de análise dos dados; classificação das referências; classificação quanto ao tipo de teoria utilizada.

Os resultados demonstraram carência de publicação relacionadas a temática enfatizada no decorrer destes 10 anos estudados. Constatou-se que dentre 355 artigos, apenas 12 deles eram de origem nacionais e outros 74 internacionais, puderam ser utilizados no estudo. Observou-se nos artigos investigados que a maioria adotou o enfoque exploratório, com procedimentos metodológicos predominantemente de bibliográfico. Na análise dos procedimentos de coletas de dados o mais utilizado foi a pesquisa documental com 59 artigos, por fim quanto a abordagem do problema de pesquisa verificou-se a pesquisa qualitativa com 53 ocorrências e quantitativa com 25.

Quanto as teorias mais utilizadas ficou evidente que utilizam a Teoria das Finanças Públicas, concentrando 10 estudos. Em segundo lugar a Nova Gestão Pública fundamenta os artigos com 9. Na sequência *Accountability* com 8, Governança Pública com 6. A Teoria da Agência são tratados em apenas 5 trabalhos e a Governança Eletrônica com 4. A Teoria Organizacional com 3 e a Teoria Ator-Rede e Teoria Econômica com 2. Outras Teorias que foram mencionadas apenas uma vez, representam 15 artigos. Destaca-se 22 trabalhos sem teorias adotadas. Verificou-se que a maioria dos autores estão procurando fundamentar e classificar as suas pesquisas, com a utilização de diversas teorias para viabilizar os estudos de Governança Pública e *Accountability* no Setor Público.

A limitação principal da pesquisa se refere ao fato de que os resultados não podem ser generalizados, ou seja, restringem-se aos artigos analisados dentro do portfólio discutido na seção 3, embora ao longo do tempo possam surgir contribuições para formar estudos de trabalhos sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público. Outra limitação é quanto a utilização do *constructo* teórico, que divergem conceitualmente, visto que outro pesquisador pode utilizar termos e elementos não convergente com os utilizados neste estudo.

Sugere-se novas pesquisas estendendo-se o levantamento para outros veículos de publicação científica em periódicos nacionais e internacionais. Considerando o espaço temporal do campo do conhecimento observado, por meio de achados, para gerar novos conhecimentos na área das Finanças Públicas, permitindo a comparação com cenários que poderão elucidar novas lacunas teóricas de pesquisa.

Referências

- Angélico, F. (2012). Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos para a *accountability* democrática no Brasil. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.
- Araújo, C. A. (2007). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11-32.
- Asenova, D., & Beck, M. (2010). Crucial silences: when accountability met PFI and finance capital. *Critical Perspectives on Accounting*, 21(1), 1-13.
- Barbosa, J. L. R., Luna, C. M., Souza, G., & Mantovani, P. D. R. (2014). Finanças Públicas: Estudo sobre a LRF no Município de Mauá. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 5(1), 719-742.
- Barrett, P. (2002). Achieving better practice corporate governance in the public sector. *Australian National Audit Office*. International Quality & Productivity Centre Seminar. AM Auditor General for Austrália. 2005. Disponível em: <<http://www.anao.gov.au>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

- Bernardes, M. B., Santos, P. M., & Rover, A. J. (2015). Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 761-792.
- Bervian, P. A., Cervo, A. L., & SILVA, R. D. (2002). *Metodologia científica*. São Paulo: Pretence Hall.
- Bolívar, M. P. R., Galera, A. N., & Muñoz, L. A. (2015). Governance, transparency and accountability: An international comparison. *Journal of Policy Modeling*, 37(1), 136-174.
- Campos, A. M. (1990). *Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?* *Revista de administração pública*, 24(2), 30-50.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014). *Revistas Qualis*. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 26/11/2015.
- Castro, D. P. D. (2010). *Auditoria, contabilidade e controle interno no Setor Público*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Chow, C. W., & Harrison, P. D. (2002). Identifying meaningful and significant topics for research and publication: a sharing of experiences and insights by ‘influential’ accounting authors. *Journal of Accounting Education*, 20(3), 183-203.
- De Pinho, J. A. G., & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343-1368.
- Ferenhof, H. A., Vignochi, L., Selig, P. M., Lezana, Á. G. R., & Campos, L. M. (2014). Environmental management systems in small and medium-sized enterprises: an analysis and systematic review. *Journal of Cleaner Production*, 74(5), 44-53.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. In Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas.
- Guedes, V. L., & Borschiver, S. (2005). Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação*, 6. Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 28/11/2015.

- Hwang, J., & Akdede, S. H. (2011). The influence of governance on public sector efficiency: A cross-country analysis. *The Social Science Journal*, 48(4), 735-738.
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Governança corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 20/10/2015.
- Johanson, J. E. (2006). Business in metropolis: local governance of for-profit organisations in Finland. *Public Organization Review*, 6(1), 57-77.
- Kickert, W. J. (1997). Public governance in The Netherlands: an alternative to Anglo-American ‘managerialism’. *Public administration*, 75(4), 731-752.
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479-499.
- Kuramoto, H. (2006). Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ciência da informação, Brasília*, 35(2), 91-102.
- Leite Filho, G. A. (2006). Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. In *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade* (Vol. 6, pp. 01-14). São Paulo: FEA/USP.
- Macias-Chapula, C. A. (1998). O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da informação*, 27(2), 134-140.
- Marques, M. D. C. D. C. (2007). Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), 11-26.
- Matias-Pereira, J. (2010). A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(1), 109-134.
- Mutiganda, J. C. (2013). Budgetary governance and accountability in public sector organisations: an institutional and critical realism approach. *Critical Perspectives on Accounting*, 24(7), 518-531.

- OECD – Organization for European Cooperation and Development. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: 22/10/2015.
- Reuters, T. (2010). Web of science. *Thomson Reuters*. Disponível em: <<http://thomsonreuters.com/en.html/>>. Acesso em: 10/11/2015.
- Ronconi, L. (2011). Governança pública: um desafio à democracia. *Emancipação*, 11, (1), 21-34.
- Rossoni, L., & Machado-da-Silva, C. L. (2010). Organizational Institutionalism and Corporate Governance (Institucionalismo Organizacional e Práticas de Governança Corporativa), *Revista de Administração Contemporânea*, 14, 173-198.
- Saes, S. G. (2000). *Estudo bibliométrico das publicações em economia da saúde, no Brasil, 1989-1998*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Santos, J. L. S., Maldonado, M. U., & Santos, R. N. M. D. (2011). Inovação e conhecimento organizacional: um mapeamento bibliométrico das publicações científicas até 2009. *Organização em Contexto*, 7(13), 31-58.
- Scopus (2015). Disponível <http://www.scopus.com/>>. Acesso em: 23/11/2015.
- Slomski, V. (2003). *Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal*. Atlas.
- Souza, F. J. V.; Barros, C. C.; Araújo, F. R.; Silva, M. C. (2013). Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3, (3), 94-113.
- Strehl, L. (2005). O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ciência da informação*, 34(1), 19-27.
- Tasca, F., Gorton, L., Kujawa, M., Patel, I., Harreither, W., Peterbauer, C. K., & Nöll, G. (2010). Increasing the coulombic efficiency of glucose biofuel cell anodes by combination of redox enzymes. *Biosensors and Bioelectronics*, 25(7), 1710-1716.
- Timmers, H. (2000). *Government Governance: Corporate governance in the public sector, why and how*. In *FEE PUBLIC SECTOR CONFERENCE* (Vol. 9).
- Viana, E. (2010). *A governança corporativa no setor público municipal: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Wang, X., & Bryer, T. A. (2012). Assessing the costs of public participation: A case study of two online participation mechanisms. *The American Review of Public Administration*, 43(2), 179-199.
- Welp, Y., Urgell, F., & Aibar, E. (2007). From bureaucratic administration to network administration? An empirical study on e-government focus on Catalonia. *Public Organization Review*, 7(4), 299-316.